

ENTREFAM PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ 19.204.738/0001-07					
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
ATIVO	31.12.2025	31.12.2024			
ATIVO CIRCULANTE	797.807,18	1.098.521,33			
Banco Movimento	81.588,44	15.311,56			
Aplicação	716.130,23	1.049.671,56			
Impostos a Recuperar	108,51	108,51			
Adto de Fornecedores	-	33.429,70			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.744.421,94	7.312.210,35			
Investimentos em Outras Empresas	7.244.227,82	7.115.517,47			
Imobilizado	500.194,12	196.692,88			
TOTAL DO ATIVO	8.542.229,12	8.410.731,68			
DEMONSTRAÇÃO RESULTADO ECONOMICO 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
	31.12.2025	31.12.2024			
Receita Operacional Bruta	97.711,59	1.072.752,46			
Dedução da Receita Bruta	(3.566,45)	(39.155,46)			
Receita Operacional Líquida	94.145,14	1.033.597,00			
Custo das vendas e Serviços	-	(361.781,58)			
Lucro Operacional Bruto	94.145,14	671.815,42			
Despesas operacionais	(192.765,30)	(121.387,59)			
Encargos Financeiros Líquidos	34.621,54	53.699,96			
Outras Receitas Operacionais	1.611.164,70	1.492.432,08			
Receitas Não-Operacionais	-	-			
Resultado do Exercício Antes dos Impostos	1.547.166,08	2.096.559,87			
Impostos/Contribuição	(14.843,74)	(46.579,17)			
Resultado Líquido do Exercício	1.532.322,34	2.049.980,70			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO 2025					
	Histórico	Capital Realizado	Reservas	Reserva de Lucros	Total
Saldo inicial em 01.01.2025		5.620.000,00	-	2.411.633,12	8.031.633,12
Capital social		-	-	-	-
Aumento de Capital Social		-	1.935,84	-	1.935,84
Resultado Líquido do Exercício		-	-	1.532.322,34	1.532.322,34
Constituição de Reserva Legal		-	-	(1.450.000,00)	(1.450.000,00)
Distribuição de Lucros		-	-	(1.450.000,00)	(1.450.000,00)
Saldo final em 31.12.2025		5.620.000,00	1.935,84	2.493.955,46	8.115.891,30
Demirval Oliveira Alves Contador CRC 27.115/O-3 PR					
CURITIBA, 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
DEMONSTRAÇÃO FLUXO CAIXA ENCERRADO 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
	31.12.2025	31.12.2024			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.623.761,90	2.536.824,94			
Recursos Recebidos	101.738,64	97.752,46			
Recebimentos de Aluguéis	1.485.465,88	1.410.358,66			
Recebimento de Dividendos	-	975.000,00			
Recebimento de Venda de Imóveis	34.621,54	53.713,82			
Receitas financeiras	1.935,84	1.935,84			
Adiantamento p/ fut aumento capital	2.194.439,08	1.893.370,29			
Pagamentos Realizados	433.042,00	109.259,91			
Pagamento de Fornecedores	69.214,76	61.875,48			
Salários e Encargos sociais	57.894,47	84.924,17			
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	1.450.000,00	1.630.000,00			
Pagamento de Dividendos	184.287,85	7.310,73			
Cretores diversos	-	-			
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-570.677,18	643.454,65			
Fluxo de Caixa das Atividades Investimentos	303.501,24	-			
Aquisição de Bens e Direitos para o Ativo	-	-			
Aumento Líquido de Caixa Equivalente de Caixa	-267.175,94	643.454,65			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.064.983,12	421.528,47			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	797.807,18	1.064.983,12			
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 e 2024					
	31.12.2025	31.12.2024			
Saldo Anterior do Lucros/Prejuízos Acumulados	2.411.633,12	2.098.597,85			
Resultado Líquido do Exercício	1.532.322,34	2.049.980,70			
Reserva Legal	-	(102.499,04)			
Aumento Capital Social Reserva de Lucros	-	(4.446,39)			
Distribuição de Lucro	(1.450.000,00)	(1.630.000,00)			
Saldo Atual de Lucros/prejuízo Acumulados	2.493.955,46	2.411.633,12			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO 2024					
	Histórico	Capital Social	Reservas	Reserva de Lucros	Total
Saldo inicial em 01.01.2024		860.000,00	-	2.100.502,24	2.960.502,24
Adiant. p/ Futuro Aumento		4.760.000,00	-	-	4.760.000,00
Capital		-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		-	-	2.049.980,70	2.049.980,70
Distribuição de Lucros		-	-	(1.630.000,00)	(1.630.000,00)
Reserva Legal		-	-	(102.499,04)	(102.499,04)
Saldo final em 31.12.2024		5.620.000,00	-	313.001,28	5.933.001,28
Luiz Fernando Villas Bôas Acionista Administrador - CPF 016.533.189-53					

ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME n.º 04.518.259/0001-80 | NIRE 41.300.316.651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de forma presencial às 10:00 (dez) horas do dia 22 de maio de 2026, na sede da Companhia, localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Doutor Brasília Vicente de Castro, n.º 111, 6º andar, Sala 602, Campo Comprido, CEP 81.200-526, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) atualização das condições de garantias outorgadas pela Companhia no âmbito de escritura de emissão de debêntures da Intrepid Investimentos e Participações S.A., em decorrência da cessão de posição contratual anteriormente detida pela Intrepid Investimentos e Participações S.A. para a Ilian Energias Renováveis S.A. nos termos do respectivo aditamento à escritura de emissão de debêntures; e (b) autorização para que os representantes legais da Companhia adotem todas as providências necessárias à efetivação da deliberação anterior. Aviso aos acionistas: Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da Companhia. O acionista poderá ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei n. 6.404/1976.

Curitiba/PR, 14 de maio de 2026.

FRANKLIN KELLY MIGUEL

Diretor Presidente

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 15/05/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 15/05/2026 09:09:42

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: ea4fd45d34d2fe7911e745608803fc046b654adcd02f9564772eb52d187b73ff



Assinatura

Assinado em: 15/05/2026 09:09:50

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 62cd25a81c9bcc9b2e4270a5d60a978



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
201.14.3.136, 172.31.34.205	-25.44247456944 , -49.255822128388	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S.A. - CNPJ. 03.509.150-0001-13

Table with 4 main columns: Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2025, Demonstração do resultado, Demonstração dos fluxos de caixa, and Imobilizado e Intangível. Includes sub-tables for 2025 and 2024 data.

Table with 4 main columns: Demonstração das mutações no patrimônio líquido, Demonstração do resultado abrangente, Demonstração do resultado líquido, and Demonstração dos fluxos de caixa. Includes sub-tables for 2025 and 2024 data.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional A Novafrota Equipamentos S/A ("Companhia") pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rod. BR-116, 6.996, Km 82, Bairro Canquijã, no município de Colombo - PR, tem como objeto social a compra e venda, importação, locação e comercialização de máquinas, equipamentos, peças, acessórios e ferramentas para uso comercial, industrial, agrícola e construção civil. Prestação de serviços de locação de acessórios e manutenção de máquinas, equipamentos, peças, acessórios e ferramentas para uso comercial, industrial, agrícola e construção civil.

3.1. Moeda funcional e de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o meio de troca ambiente econômico no qual a Companhia atua, qual seja, o Real (R\$). As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. 3.2. Reconhecimento de receita A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de aluguel é reconhecida à medida que transcorre o tempo de uso do bem pelo locatário. 3.3. Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. 3.4. Contas a receber e provisão de perdas As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, e menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. As perdas esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As bases históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. 3.5. Estoques Os estoques são demonstrados pelo custo médio, limitados ao valor líquido realizável. O custo médio ou os valores de realização são deduzidos de provisão para obsolescência, quando necessário. 3.6. Imobilizado e depreciação Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa de valor residual da vida útil econômica dos respectivos componentes. A Companhia tem política registrada a revisão anual das estimativas de vida útil e de valores residuais. A depreciação é calculada pelo método linear, usando as vidas úteis conforme segue:

Table with 4 columns: Edificações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos. Rows show 4% a.a., 10% a.a., 10% a.a., 20% a.a.

O valor residual e vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é alocado ao valor realizável do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Redução do valor recuperável dos demais ativos (teste de impairment) Anualmente, a administração revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, reconhecida no resultado do período, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para tanto, a Companhia define, como unidades geradoras de caixa, cada um de seus bens móveis e imóveis e adota como base para determinar o valor recuperável do ativo o valor justo, líquido de despesas de venda, partindo da premissa de existência de um mercado ativo. 3.7. Ativos intangíveis e amortização Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada sobre o seu custo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativas é de 5 anos. 3.8. Impostos e contribuições Imposto de renda e contribuição social - correntes Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado e a receber para as autoridades fiscais. A apuração é realizada com base no regime do lucro real. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social - diferido É reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) Diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afeta nem o reconhecimento inicial nem o lucro ou prejuízo fiscal; (b) Diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e (c) Diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ativo. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável

Table with 4 columns: 2025, 2024, 2025, 2024. Rows show Conta corrente, Aplicações financeiras, Saldo no final do exercício.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se, a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa que variam entre 9,00% e 10,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (105% do CDI em 2024), com

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: 1) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. 2) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. 3) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. 4) Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. 5) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 30 de abril de 2026. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-05199/O Alessandro Munhoz de Oliveira - Contador CRC PR-049384/O

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/05/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 15/05/2026 09:10:35

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 6170515e385748378f97b8e59d5fa05c4a08999587123f6dc5075f655fe5232d



Assinatura

Assinado em: 15/05/2026 09:10:41

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: d22b68fff63f521fe5203e5ee0a16c88



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
201.14.3.136, 172.31.34.205	-25.442428382056 , -49.255837597625	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

